

**A ARTE DE ESCREVER VERSUS A ARTE DE PENSAR:
as disputas ortográficas como fundação da identidade nacional
na Primeira República brasileira.**

Alexandre Miranda de Almeida¹

Resumo: As reformas ortográficas de 1907 e 1911 foram implementadas no Brasil e em Portugal no contexto de regimes republicanos. Defendemos que a escolha de uma regra ortográfica nacional foi feita segundo objetivos políticos, conectados com o fortalecimento do Estado Nacional. As reformas ortográficas legitimaram a produção de uma “língua pátria” ou “língua portuguesa”, configurando-se como uma operação de negação da possibilidade de uma “língua brasileira”, mais ligada a uma pronúncia “popular”, porque a ortografia era considerada o “espelho da nação”. Este estudo pretende explorar as dimensões política e social da língua, fora de um “Olimpo das letras”. Pretendemos discutir as usuais avaliações pejorativas da literatura pré-modernista, buscando um melhor entendimento das implicações políticas do debate sobre a língua no início do século XX. Estamos interessados na *lógica social* da produção das letras e sua conexão com mecanismos de distinção social.

Palavras-chave: reformas ortográficas; Estado nacional; dimensão política e social.

Abstract: The orthographic reforms of 1907 and 1911 were implemented in Brazil and Portugal in a republican’s context. We defend that the decision for a specific national orthographic rule was taken following political goals connected with the desire to strengthen the National State. The orthographic reforms legitimized the creation of a “mother language” or “Portuguese language” as an operation of neglecting the possibility of a “Brazilian language” based in a more “popular” pronunciation because the orthography was taken as a “mirror of the nation”. This study intends to explore the political and social dimensions of the language, out of a “Olympus of the letters”. We intend to discuss the usual negative evaluations on the pre-modern literature, searching for a better understanding of the political implications of the debate on the language at the beginning of XXth century. We are interested in the *social logic* of the letters production and their connections with mechanisms of social distinction.

Keywords: orthographic reforms; national state; political and social dimensions.

¹ Mestre em História Social pelo PPGH da UFRJ (2005). Licenciado e bacharel em História pela UFRJ/IFCS. Professor da FAETEC, no CVT – Santa Cruz. Tutor *online* do CECIERJ, projeto Nova EJA. Professor do Colégio Estadual Bangu. Participação em projetos de EJA para o SESI (2000-2003). Professor do Curso de Graduação de História na UNIG, Nova Iguaçu (2003-2006). Esse artigo é parte da dissertação de mestrado intitulada “Domínio gramatical de Portugal na Primeira República (1900-1911): a *arte de pensar* versus a *arte de escrever*”, sob orientação do Prof. Dr. Manoel Salgado Guimarães.

“Revolucionar a língua é a mais profunda revolução que se pode fazer, sem ela a revolução das ideias é apenas aparente”.

Ortega y Gasset (apud CUNHA, 1968. p.31.)

É curioso o tema desse artigo, que versa sobre os significados da reforma ortográfica implementada na língua portuguesa a partir de 1907, na qual se vinculou a questão da nacionalidade na língua falada e escrita tanto no Brasil como em Portugal. As reformas ortográficas de 1907 a 1911 foram instituídas no Brasil e em Portugal, no contexto do regime republicano. Assim, associo a escolha de uma regra ortográfica nacional a questões ligadas a governabilidade e a representação do Estado Nacional.

Este artigo apresenta um duplo objetivo: identificar os principais interlocutores (e suas respectivas posições) do acirrado debate acerca de tal reforma linguística, promovido, sobretudo, nas rodas de literatos, bem como delinear o papel específico desempenhado pela Academia Brasileira de Letras neste processo.

Considero que as reformas ortográficas legitimaram a produção da “língua pátria” ou da “língua portuguesa”. Configurou-se, assim, como uma operação de negação de uma outra possibilidade histórica de uma língua nacional, “a língua brasileira” (Sobre o tema ler o capítulo 3 da tese de João Paulo Rodrigues), mais ligada a uma pronúncia “popular”. No período da Primeira República, a ortografia era considerada um espelho da nação nas palavras de Afrânio Peixoto: “A escrita é o retrato

da voz, quando mais parecida melhor”. (Extraído da sessão da ABL do dia 03/06/1911.)

Sendo assim, na reforma ortográfica de 1907, a prevalência da contribuição de Portugal para a definição da nacionalidade na língua nacional do Brasil era o pano de fundo de uma disputa literária que ainda sentimos os ecos hoje em dia.

Da mesma forma, os personagens envolvidos na definição da nacionalidade também se encontravam em uma busca por auto definir-se no mundo literário. Podemos batizar esse processo de “nacionalização” de tradições literárias e de um patrimônio linguístico cultural, que até então a razão nacional não encontrava morada para dar um sentido nacionalista (CASANOVA, 2002, pp. 101- 107.) no imaginário social. Portanto, a ortografia se torna elemento importante por definir o que era *nacional*, buscando instaurar um padrão cultural socialmente legitimado nos complicados mecanismos de distinção social e em um ambiente de disputas simbólicas.

A importância dada à língua, no século XIX, foi um fenômeno de envergadura mundial, num entrecruzamento da pena e da espada. Enquanto as letras são concebidas como um instrumental para a centralização do Estado, a dinâmica polemológica é introduzida nas letras, como, por exemplo, a prática de duelos entre literatos, travados nos jornais e na vida cotidiana entre finais do século XIX e início do XX, como nos conta Brito Broca “... no Brasil houve um bom número de duelo entre escritores, de 1880 a 1920 e quase todos a floretes, embora essa arma não constituísse aqui uma tradição”. (BROCA, 1993, p. 131.) Cito

um deles que brigava e era um literato, Olavo Bilac (PEREIRA, 2004, p. 31.)

Este estudo procura compreender como a *operação* (CERTEAU, 1976) de elaboração, numa cultura nacional, que articula a fundação de uma ortografia para a escrita no Brasil com o problema de uma “política cultural”, funda os contornos da nação brasileira. Assim, analisaremos os atores dessa missão e construtores da nacionalidade que estabeleceram a particularidade do português escrito no Brasil, onde a Academia Brasileira de Letras foi importante artífice nessa fundação.

A construção da ortografia brasileira é uma operação (Ibid.) realizada por parte da elite intelectual do Brasil e de Portugal, onde importantes instituições culturais desempenharam papel de destaque. Entre tais estão a Academia Brasileira de Letras, Academia de Ciências de Lisboa, Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e também na imprensa como, por exemplo, o Jornal do Comércio, que teve papel de destaque.

Nesse contexto a ABL também teve destaque, pois era o fórum privilegiado do debate, além de estar inscrita na própria missão de zelar pela literatura brasileira e o idioma português (RODRIGUES, 2002). Nesse território linguístico, a ABL estabelece-se como uma jurisdição em questões linguísticas. “A reforma ortográfica teve um lugar especial, pois foi o primeiro trabalho coletivo de monta e de importância que se pensava na prática” (Ibid., p. 182.).

Para exemplificar melhor o peso atribuído à ortografia no debate sobre a reforma ortográfica, coloco um diálogo emblemático entre o filólogo Cândido Figueiredo e seu aluno. Nesse diálogo, o aluno expressa

toda sua angústia de não encontrar no livro do professor a sua grafia e sim a do professor e faz referência a forma gráfica utilizada pelo professor.

Sabe? Mandei comprar o seu livro de versos, as nictaginas...

Muito obrigado. Se me tem dito que o queria...

Mas não posso lê-lo...

Sim! Está mal impresso?

Não é isso: v. escreve filosofia sem ph, lira sem y, teatro sem h, canguru sem k, venceslau sem w. E isto sabe! Agita-me os nervos incomoda-me...

Que pena não me dizer V. Ex. isso, antes da impressão! Mas eu não sabia que V. Ex. lia versos, e que exigia a sua ortografia. Queira perdoar, e não leia...não leia (FIGUEIREDO, 1908, s/p).

Na nascente República brasileira, a morfologia das palavras desempenhava uma atribuição importante nos debates sobre a língua nacional. As particularidades morfológicas das palavras ganhavam importância devido ao tipo de reforma ortográfica que se pretendia estabelecer. Portanto, a ortografia também tinha uma importância capital nos debates sobre a língua nacional. Quando a ortografia tem critérios fonéticos, a forma gráfica das palavras tem uma configuração, quando o critério é etimológico, a forma gráfica assume outra configuração, então os critérios de estabelecimento da grafia ou são assentados na voz do “povo” ou na história das palavras. Descrito dessa forma, o leitor não faz ideia da multiplicidade de sentido que os personagens desse debate deram para a terminologia descrita acima.

Só para citarmos um exemplo paradigmático, podemos começar com o próprio Medeiros e Albuquerque, autor do projeto de reforma ortográfica de 1907 dita como fonética, denominação recusada pelo autor. Dessa forma, não tomaremos a designação acima como termos

ahistóricos e universais, e sim tentaremos perceber como os personagens sociais definiram naquele momento os termos etimologia e fonética.

O nacionalismo era uma importante característica nesse debate das letras, para os acadêmicos que participaram do movimento da reforma ortográfica. Os debates se resumem na definição de critérios para que a grafia possa ser aceita como nacional pelos que lêem e falam no território linguístico brasileiro. Toda diversidade dos falantes e escritores deveriam respeitar critérios universais, o texto deveria passar por um filtro nacionalista.

Desta forma, a palavra Brasil ou Brazil deveria ter uma grafia uniforme e universalmente aceita, “... podem dizer que o Brasil é a única nação civilizada no mundo que não sabe escrever o próprio nome...” (FIGUEIREDO, 1908) não só por uma questão de estilo, mas também por uma questão ligada a uma razão estatal e governamental.

A proposta de reforma ortográfica foi aprovada em 1907, depois de intensos debates que produziam colocações relativas às preocupações assinaladas acima. Deste modo, a Reforma combateria também certos males como o analfabetismo, porque seria a língua mais simples e seria facilitada a absorção pelos emigrantes no Brasil. Surge então, a ideia que a reforma atende a necessidade de uma *simplificação*, pois ficaria mais fácil para os luso-falantes dominar o idioma.

A partir de 1907 o debate sobre a reforma perde força. O seu fracasso ocorreu devido aos próprios acadêmicos, que aprovaram a reforma e não a adotaram como critério de estabelecimento gráfico e de fonética. O radicalismo da reforma fonética pregava a simplificação da

escrita com a máxima foneticista “para cada letra deveria haver somente um som”. Em todo debate sobre a reforma ortográfica havia uma característica marcante entre os interlocutores – todos viam essa querela como uma tarefa apolítica e concernente a uma neutralidade que poderia ser colocada como científica, como analisa o autor João Paulo C. de Souza Rodrigues:

(...) Os oponentes da reforma concebiam a língua como um objeto dado definido, castiço, puro, imaculado, fora do alcance de qualquer mortal (...). Os dois lados passaram a enxergar este trabalho como uma missão baseada em verdades e conceitos extra-sociais que independiam das suas vontades ou gostos pessoais. (2003, p. 185.)

Os debates eram sobre os significados das palavras e suas formas ortográficas. Uma justificada ora como mais histórica, ora ligado à oralidade do “povo”. O que estava em disputa era a escolha de qual concepção ortográfica deveria ser alicerçada à língua nacional, correspondente a “política cultural” (ASSMAN, 2003, nº. 86, p.334.) que ordena tal escolha. Nesse sentido, uma regra ortográfica ou uma forma de representação gráfica era um ato de subversão ou de conservação de um status cultural, assim a concepção de ortografia que se foi fundada, naturalizou e uniformizou a forma da escrita.

Sendo assim, a ortografia parecia se constituir como preceito importante para a consagração no mundo literário. A afirmação anterior lança luz para o fato de ter a 1ª edição de “Os Sertões” de Euclides da Cunha sido recolhida por causa de “erros” de ortografia. Essa preocupação pode ser um dos motivos da consagração de Euclides da Cunha como o bandeirante literário na alma brasileira. Os acadêmicos

elegem o livro como a síntese da alma brasileira, pois a obra, em sua visão, preocupa-se em definir os limites e contornos de seu povo, mesmo pagando o preço de o definirem em parte negativamente, como essa geração o fez. A citação abaixo parece expressar a relação entre linguagem nacional e ortografia:

Na moderna nacionalidade brasileira a língua também se vai alterando, constituindo um verdadeiro dialeto do português: cada um dos elementos da mestiçagem contribui com as suas alterações especiais (VERÍSSIMO, 1978, p. 242.).

Na obra de Euclides da Cunha, encontram-se indícios da importância da ortografia para a sociedade daquela época, como um padrão ortográfico pode deslegitimar até o tema escolhido pelo escritor. A própria existência de *erros* ortográficos, no momento em que não existia uma norma padrão aceita universalmente pode indicar a sua relevância. Acima de tudo, entretanto, Euclides da Cunha atende, com *Os Sertões*, uma expectativa por um livro que sintetizasse, limitasse e definisse a alma brasileira. Sua obra foi tida como o retrato do Brasil.

Essas duas operações - a consagração de Euclides pela crítica, inclusive a da ABL, e a forma gráfica utilizada por ele na edição de *Os Sertões* - parece-me que acrescentam elementos ao debate “público” acerca da normatização da língua no *Brazil*. Isso se dava, inicialmente, porque a questão do que poderia tornar-se a norma escrita começava a ser discutida em um livro de grande consagração. Nota-se o constrangimento de Euclides da Cunha, em carta a Francisco Escobar: “Fiquei apavorado! ... Em cada página o meu olho fisga um erro, um

acento importuno, uma vírgula vagabunda, um (...) impertinente... Um horror!” (PINTO, 1978, p. 380.) O comentário de Euclides da Cunha indicia a sua interiorização dessa discussão.

A questão ortográfica é colocada como centro porque os *erros* na edição do livro *Os Sertões* servem de veículo para a discussão da norma gráfica no *Brasil*. Um destes *erros* na primeira edição (1902) consiste em que a palavra *Brasil* é grafada logo na nota preliminar com “s” e na primeira linha do primeiro capítulo com “z”. Pode-se imaginar a comoção com que esses *erros* foram recebidos por aqueles que já estavam mobilizados, discutindo questões exatamente da grafia de nossa língua.

Já José Veríssimo, membro da ABL e herdeiro desse debate, acrescentava que além da independência em relação a Portugal, essa independência não pode negar sua principal herança: a lusitana. O debate acerca da língua e da sua forma toca numa tríade que é civilização, pátria e língua. A forma da língua particularizaria uma pátria e daria uma aura de civilidade, sendo a língua um símbolo de pertencimento a um patrimônio cultural, no caso do Brasil, o patrimônio ibérico.

Nessa perspectiva, “a língua aparece na história, no séc. XIX, como emblema da cultura nacional” (NOIREEL, 1991, p. 33.). E como transmite Coelho Neto, “a língua... pelos séculos adiante, será a portadora do sentimento e do pensamento do Brasil” (PINTO, op. cit., p. 400). A língua teria o poder de guardar em si uma essência portadora de uma declaração de independência em relação as outras culturas letradas.

Lima Barreto foi um jocoso crítico da reforma ortográfica. Por vezes se referiu à Academia como uma *necrópole egípcia*, e nominava a reforma ortográfica como *metafísica gramatical*, ou *teologia gramatical*. Sobre a herança do “velho Alves”, ainda dizia: “Vendem-lhe toneladas de anjos ajoelhados, em postura de reza e outros adornos tumulares, para guarnecer os seus salões e os seus fauteils, ganhando eles muito dinheiro com isso”². Sobre como alguns escritores brasileiros que copiavam escritores portugueses – o que era chamado de lusismo, Lima Barreto afirma

é uma literatura de concetti, uma literatura de clube, imbecil, de palavras, de coisinhas, não há neles um grande sopro de humano, uma grandeza de análise, um vendaval de epopéia, o ciclo lírico que há neles é mal encaminhado para a literatura estritamente pessoal, no que de pessoal há de inferior e banal: amores ricos, mortes de parentes e coisas assim (PINTO, op.cit., p. 395.).

Houve ainda, em 1911, outro evento importante do outro lado do Atlântico, que mexeu com o debate sobre a reforma ortográfica. Foi o estabelecimento, pelo governo republicano português, de uma norma ortográfica, na qual se desenhou um quadro de preocupação sobre uma possível cisma ortográfica. Parece que os grupos envolvidos na reforma tinham em comum uma preocupação sobre qual o papel do passado clássico para credenciar a nascente ortografia nacional. Sendo assim, no mesmo ano, os acadêmicos colocaram fim na proibição do “s” intervocálico no lugar de “z”.

² Os artigos transcritos foram feitos em 1920, depois de Lima Barreto ter perdido a concorrência para a vaga de Emílio de Menezes, ganha por Humberto de Campos.

Os grupos a favor de uma reforma fonética se convergiam em Medeiros, Albuquerque e João Ribeiro. E aqueles a favor de uma reforma etimológica convergiam-se em torno do filólogo português João Candido. Existia ainda um terceiro grupo liderado por Salvador de Mendonça que lançou um anteprojeto assinado por Rui Barbosa, Lucio de Mendonça, Silvio Romero, Carlos Laert e Euclides da Cunha. Os objetivos do anteprojeto eram promulgar uma reforma definitiva e fazer um dicionário etimológico da língua portuguesa.

A Academia tornou-se o *locus* desse debate sobre a ortografia nacional. No entanto, esse tema rompia os limites de uma discussão entre acadêmicos. Na imprensa, a polêmica ganhava a sociedade. A preocupação da recém-fundada República do Brasil sobre a ortografia talvez estivesse inscrita em um conjunto de fenômenos semelhantes, circunscritos à América Latina, cujo direcionamento era também legalista, uma vez que a ortografia era tida como um instrumento *legítimo* de representação da nacionalidade.

No estudo pretendemos mostrar o que acima foi descrito e o que possa ser uma das características cruciais nessa *operação* de legitimação: o papel da cultura clássica como patrimônio comum e a garantia de continuidade entre o passado, e o presente como elo nessa questão ortográfica.

Por vezes, nas atas encontramos termos como *Civilização Latina* ou *Patrimônio Cultural Ibérico*. Os acadêmicos percebiam a história enquanto uma marcha linear e progressiva que articulava futuro,

presente e passado. Legitimavam o presente no passado, e tal escolha de origem confirmava o sentido civilizador das nossas letras.

Ao enaltecer a influência portuguesa (leia-se europeia, *civilizada*, em oposição aos selvagens, índios e africanos) no Brasil, também confiava José Veríssimo no mito de fundação latina de nossa origem: “Nascidos ontem de um povo e de uma raça selvagem, não temos nem tradição, nem língua; o que temos é tudo português, embora **um pouco** modificado pela influência do elemento indígena” (PINTO, op. cit. p. 245, grifo do autor).

I - O problema do “nacional” na ortografia

No processo de afirmação de um projeto nacional vinculado ao regime republicano, o passado da língua portuguesa, em suas modalidades escrita e oral, foi usado pelos diferentes grupos em disputa no cenário político-cultural brasileiro no intuito de obterem e ampliarem sua legitimidade simbólica:

No momento de afirmação cultural nacional, declarada instrumento de emancipação e de especificidade nacionais, a língua é reavaliada bem rapidamente e (re)encontra gramáticos, lexicógrafos e linguistas que organizam sua codificação, a escrita e o aprendizado. O papel capital em todas as épocas dos escritores e, mais amplamente, dos intelectuais nas construções nacionais explica, em grande parte, a submissão das produções intelectuais às normas nacionais. (CASANOVA, op., p. 104.)

Desta forma, na virada do século XIX para o XX, busca-se outorgar à ortografia o caráter de um bem coletivo; entendida como um espelho de uma identidade nacional, foi-lhe atribuída uma coerência, uma unidade

e um corpo social. Com isto, a língua portuguesa viu-se dotada dos recursos necessários para, em contrapartida, assegurar o estabelecimento de uma nação civilizada nos trópicos.

A ortografia tornou-se, portanto, uma representante por excelência da nacionalidade, caracterizando a dimensão política vinculada ao ato de escrever, como se evidenciou, sobremaneira, na querela acerca da grafia da palavra Brasil com “s” ou “z”. A língua nacional expressaria uma coletividade impessoal e exterior aos indivíduos, figurando como a comunidade, assim concebida em uma unidade moral e política, como explicita Hobsbawm:

As línguas nacionais são sempre, portanto, construções semiartificiais e, às vezes, virtualmente inventadas, como o moderno hebreu. São o oposto do que a mitologia nacionalista pretende que sejam – as bases fundamentais da cultura nacional e as matrizes da mentalidade nacional [...].

A língua cultural oficial dos dominantes e da elite frequentemente transforma-se na língua real dos Estados modernos via Educação pública e outros mecanismos administrativos. (HOBSBAWM, 1990, respectivamente pp. 70 e 77.)

Se a língua é assim constituída como um conceito erudito, não vivenciado pela população em geral, a concepção de ortografia, por sua vez, é portadora de uma certa ambiguidade, sobretudo face à diversidade cultural do Brasil. Assim, se o falar do “povo” encontra-se revestido de um aspecto mais relacional e dinâmico, as regras ortográficas não poderiam dissociar-se de um passado linguístico imerso na história literária portuguesa. Neste debate, uma abordagem assumiu certo destaque, relativa à dimensão estética – a expressão da “beleza” da língua

– cogitada tanto pelos letrados favoráveis à reforma ortográfica de 1907 como por seus adversários:

[...] o escritor manuseava o idioma para alcançar uma beleza transcendental. Decorre disso que, havendo um panteão de artistas da palavra, haveria, por conseguinte, uma forma superior e correta de se escrever a nossa língua materna, pois nossos grandes escritores seriam os melhores definidores da língua portuguesa no que concernia ao continente americano [...]. (RODRIGUES, 2003, p. 182.)

Também em suas críticas a Rui Barbosa, José Veríssimo, um dos grandes responsáveis pela reforma ortográfica de 1907, apelava ao argumento do “bom escrito”, que residiria

no seu bom gosto, na sua inteligência da percepção do que constitui verdadeiramente a beleza e perfeição de uma língua, sem impertinentes arremedos clássicos, nem espolidos empréstimos arcaicos. Na arte de escrever também, cumpre não vazar também o vinho novo nos velhos odres. (VERÍSSIMO, José. Apud: PINTO, op.cit., 1978 , p. 270.)

O emprego de um argumento estético parece ter se constituído como obstáculo para um maior radicalismo na reforma ortográfica, uma vez que tal critério congregava elementos de cunho conservador, os quais contrastavam com a tendência progressista da reforma ortográfica de 1907. Observa-se que, apesar dos embates entre “etimológicos”, contrários à reforma, e “foneticistas”, a ela favoráveis, todos pareciam preocupar-se com o risco de um cisma ortográfico (Ver a sessão da ABL no dia 23/06/1910.) entre Portugal e Brasil (ou “Brazil”, já que na década de 1910 a grafia correta para a língua nacional não estava definida).

Paralelamente, a reforma de 1907 era citada por seus adeptos como uma importante estratégia para diminuição do analfabetismo e para

assegurar uma boa assimilação dos imigrantes à nova língua. Assim, por exemplo, na postura de Medeiros e Albuquerque afirmava “que a questão toda nada tinha a ver com a estética, mas era um problema prático de ensinar facilmente toda gente a ler e a escrever” (RODRIGUES, op.cit., p. 198.). Verifica-se, portanto, que mesmo entre os “foneticistas” existiam divisões e impasses, os quais conduziram alguns letrados, favoráveis à reforma ortográfica, a recusar a “pecha de foneticista” (Ibid., p. 195.), inclusive o próprio Medeiros e Albuquerque.

A posição vitoriosa, todavia, advogando uma ortografia definida com regras no passado linguístico de Portugal, erige tal padrão como sendo também representante do Estado do Brasil. Afinal, a procura pela transcrição de uma pronúncia global da sociedade na língua escrita era demasiadamente radical nos primeiros tempos de um regime republicano basicamente oligárquico. Esta suspensão linguística implicou, desta forma, em uma segunda paralisação, a da cidadania.

Mas a vitória dos “etimológicos” não foi obtida sem luta. “A concepção de “purismo idiomático” foi combatida pela ideia de ‘simplificação’, defendida por Medeiros e Albuquerque e outros letrados. Celso Cunha anteriormente apontara a problemática político-cultural contida na versão da “pureza idiomática”: “Que significa então português puro?” (CUNHA, 1968, p. 31). Nesses termos ao pensarmos uma pureza linguística podemos nos precipitarmos em um anacronismo, segundo o mesmo autor, “relacionado com o problema do purismo – e freqüentemente com ele confundindo-se – apresenta-se o da correção gramatical” (Ibid., p. 35.) – assim, uma estética inspirada em um padrão

clássico determina um ideal de correção gramatical, um modelo de língua a ser adotada no Brasil.

Na defesa da “pureza idiomática” da língua, as Academias de Letras latino-americanas tiveram importante atuação, pois foram concebidas para zelarem pelos vínculos com as fontes europeias. Assim, à Academia Brasileira de Letras do Brasil “caberia [...] velarem zelosamente pela pureza e correção daquele que era o instrumento básico da atividade de todos eles: o idioma português”. (RODRIGUES, op.cit., p. 181). No entanto, as Academias brasileira e argentina tornaram-se exceções (RAMA, 1985, p. 86.): a reforma ortográfica de 1907 emerge de forma contraditória, ora como representante do um espírito “independentista” (como definido por Angel Rama), ora como ratificadora da língua portuguesa como padrão para a língua do Brasil; erigia-se ainda uma terceira vertente entre os letrados, que atinha-se ao limite estético da língua escrita, que outorgava um viés conservador à inspiração foneticista.

Talvez só Medeiros e Albuquerque tenha assumido, de forma mais abrangente, a radicalidade de uma reforma ortográfica, pois buscou romper com os limites de beleza estética atribuídos à escrita, optando pela expressividade da cultura oral. Em um de seus poemas, “*Hino do riso*”, dedicado “*a Silvio Romero, amigo e mestre*”, ou ainda na bela poesia em homenagem a Edgar Poe, o estético é relativizado:

Isso é o Belo! O Belo que sacode veia por veia, artéria por artéria, nosso corpo febril que a custo pode reconhecer seu cárcere de miséria!

[...] Grande Poe, a loucura, que matou-te há de empolgar-me o cérebro algum dia: - tu e eu, nós iremos da amplidão

contra os sonhos falazes da razão semeando Ironia!”.
(CAROLLA, 1981, p. 204.)

Por tal atitude, a concepção de nação perde seu caráter unívoco, como neste outro poema, dedicado a seu pai, sob o título “Ouvertura”:

É filho d´uma alma aflita, presa da dúvida insana d´esta idade, em que palpita na treva a Consciência humana.
Versos de um moço que, escrava, vendo a Pátria em que vivia, chegou a crer que, já fria, todo o valor desprezava.
(Id. Ibid., p. 134)

Para este literato, a ortografia nacional apresentava-se mais como um instrumento de comunicação que uma forma de representação da nacionalidade. A “anarquia ortográfica” (termo consagrado por Medeiros e Albuquerque) reinante em sua época devia ter sua solução em uma escrita próxima de uma pronúncia da população em geral.

A fundação de um padrão ortográfico brasileiro inspirado no passado linguístico de Portugal encontrou um outro grande obstáculo na existência de um “dialeto brasileiro” – uma alteridade da linguagem. Rui Barbosa assumiu como tarefa contestar a validade da tentativa de Clóvis Bevilácqua de escrever em “dialeto brasileiro” o Código Civil. Foi, portanto, sob um viés linguístico que a questão racial passou a ser debatida:

No entanto, nem sempre a visão sobre estes problemas era negativa. Ao contrário, a consciência das diferenças lingüísticas entre estados, classes, raças ou outras clivagens sociais às vezes questionava o dialeto brasileiro, o otimismo quanto à civilização do Brasil e a certeza de que o embranquecimento encontrava paralelo na posse orgulhosa de um idioma puramente europeu. (RODRIGUES, 2002, p. 213.)

Os literatos ligados à geração de 1870 nutriam o mito que era fundamental a continuação da civilização trazida pelo português

(RODRIGUES, op. cit., p. 220) para o quê a língua metropolitana era elemento indispensável. Tal postura pode ser confrontada àquela adotada em um contexto interpretativo distinto, conforme estudado por Jonathan Steinberg no artigo “O Historiador e a *Questione Della Lingua*” (PORTER & BURKE, 1997, pp. 235-248.) Abordando a relação da política com a escolha de uma língua oficial, o autor utiliza como exemplo os casos italiano, francês e alemão; segundo ele, durante todo século XIX, gramáticos, lexicógrafos, professores e administradores lutaram para unificar, “purificar” a língua nacional. Tal atitude, mais do que um progresso “técnico” da língua escrita, portava uma questão política, hipótese endossada por Antonio Gramsci:

Toda vez que a questão da linguagem aparece, de uma forma ou de outra, significa que uma série de outros problemas está começando a se impor: a formação e o crescimento da classe dominante, a necessidade de estabelecer laços mais estreitos e firmes entre esse grupo dominante e a massa popular nacional, isto é, de reorganizar a hegemonia cultural. (PORTER & BURKE, op. cit., 1997. p. 244.)

A reforma ortográfica, portanto, é portadora direta da relação entre poder político e cultura, uma vez que “a imposição da gramática normativa é ‘un atto politico’” (Ibid, p.244.) Desta forma, sugere-se que a escolha da norma ortográfica antecede ou é concomitante à lógica de transferência da memória social para o documento, fabricando a chamada “cultura prosaica”. (HAVELOCK, 1995. p. 32.)

Ora, no Brasil esta questão emergiu somente com o surgimento da geração de 1870, pois até então a língua escrita no Império era ainda o “idioma de Camões”. Neste sentido a ideia de uma autonomia linguística

com o advento da república cresceu em importância social e a questão ortográfica passa a ser encarada como um imperativo. Sintetizando esta questão, João Rodrigues afirmou:

Mas, ao final da década de 1870, os brasileiros despertaram para o tema. A mesma década que viu nascer a geração do racismo científico, do darwinismo social, do elogio irrestrito aos poderes dissecadores da ciência moderna, da difusão do realismo literário e das teorias positivistas, e do ataque à base de sustentação simbólica e política da monarquia, notou, com muito menos alarde e aparente desinteresse, o surgimento de uma nova vertente em torno do problema da língua nacional. Iniciava-se um longo período de preocupação com os rumos do português e de mobilização pela sua salvação, cujo ápice se deu no início do século XX, decaindo na década de 1930. (RODRIGUES, op. cit., p.139.)

A relevância conferida à herança latina nas letras associa-se à atribuição de um poder purificador à mesma, cujo emprego excluiria “influências nefastas” na língua nacional. Era, assim, através da linguagem que se atingiria a meta de promover “a higiene moral da república” (BARBOSA, 1972, p. 78), às custas da negação de importante parcela do passado brasileiro:

A origem latina foi um fato que para muitos não era motivo de maiores júbilos. No máximo, para vários autores das décadas de 1870 a 1900, servia como corretivo ortográfico ou dissecador de significados etimológicos [...] David Brookshaw (BROOKSHAW, 1986, p. 57-59) chamou este surto, ocorrido durante a chamada *Belle Époque*, de construção de uma “identidade clássica” (RODRIGUES, op. cit., pp. 164-165.)

Durante anos, este conflito ecoaria, pois se o “dialeto brasileiro perde força na década de 20”, dele ainda “existem vários avatares”

(RODRIGUES, op.cit.). Afinal, como afirmara Edgard Sanches, “As línguas não são uma substância. Têm realidade somente nos indivíduos que as falam” (SANCHES, 1981. P.440). Apesar de todos esses esforços, entretanto, perdurava uma “língua brasileira” que rivalizava com a dita “língua civilizada” a portuguesa, sendo por isso chamada de “língua bárbara”, para o caso da brasileira, como o fez Rui Barbosa em sua “Réplica”.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. *Nações e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1980.
- BALABAN, Marcelo. A dança das cadeiras. In: *Cadernos do Arquivo Edgard Leuenroth*, nº 16/17. São Paulo: Unicamp, 2002.
- BANN, Stephen. *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: UNESP, 1994.
- BARBOSA, João Alexandre (org.). *José Veríssimo – teoria, crítica e história literária*. São Paulo: EDUSP, 1977.
- BARTHES, Roland. *Crítica e verdade*. Rio de Janeiro: ed. Francisco Alves, 1980.
- BOTTERO, Jean & MORRISON, Ken (orgs.). *Cultura, pensamento e escrita*. São Paulo: Ática, 1995.
- BOWMAN, Alan K. & WOOLF, Greg (org.). *Cultura escrita e poder no mundo antigo*. São Paulo: Ática, 1997.
- BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- CAROLLA, Cassiano Lacerda. *Decadismo e simbolismo no Brasil: crítica e poética*. Rio de Janeiro: Ed. Livros Técnicos e Científicos, 1980.
- CASANOVA, Pascale. *A república mundial das letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- CERTEAU, Michel de. A Operação Histórica. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs.). *História: novas abordagens*. São Paulo: Nova Fronteira, 1976.
- CHALHOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (orgs.). O jogo dos sentidos: os literatos e a popularização do futebol no Rio de Janeiro. In: *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHEVALIER, Jean-Claude. A língua: linguística e história. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (Orgs.). *História: novas abordagens*. São Paulo: Nova Fronteira, 1976.

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1968.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1973.

ELIAS, Silvio. *Língua e literatura*. São Paulo: Nacional, 1971.

GUIMARÃES, Manoel L. S. A civilização nos trópicos. In: *Estudos Históricos*. Dossiê: Caminhos da historiografia. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1998.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e os Temas de sua Historiografia (1839-1857) In: *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, jan-mar 1990.

PINTO, Edith Pimentel (Org.). *O português do Brasil: textos críticos e teóricos 1920/1920*. São Paulo: EDUSP, 1978.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RODRIGUES, João Paulo de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: Unicamp/CECULT, 2003.

_____. *A pátria e a forma: língua, literatura e identidade nacional no Brasil, 1840-1930*. Tese de Doutorado em história. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

* * *